

Estratégias de crescimento

Karen Lima - Brazil

Paulo Haddad,
professor do Ibmec e
ex-ministro do Planejamento
e da Fazenda

O GRANDE RISCO QUE PODE OCORRER neste novo mandato presidencial é o de querer fazer de tudo um pouco, pulverizando os escassos recursos orçamentários. Há uma avalanche de demandas vindo de todos os lados da sociedade brasileira para que o governo federal amplie e diversifique o uso destes recursos. A sua pulverização não cria os efeitos sinergéticos para que a taxa de crescimento econômico possa se acelerar. O antídoto, neste caso, é a concentração dos recursos em programas estratégicos.

Atualmente, no Brasil, são necessárias duas estratégias complementares de desenvolvimento: uma de transição para o crescimento e outra pa-

ra a sua sustentação. Na prática, ciclos de crescimento estão associados com um pequeno número de mudanças nas políticas públicas. Estas mudanças segmentadas não garantem, contudo, a sustentação do crescimento a longo prazo, dependente que é de reformas institucionais de maior profundidade.

A concepção e a implementação da agenda destas reformas abrangentes colocam um profundo estresse no sistema político; perturbam direitos adquiridos; e são fatores de instabilidade e de tensões a curto prazo. Se houver alguma dúvida, basta lembrar que, após três mandatos presidenciais reformistas, o déficit público nominal ainda é superior a 7% do PIB, o déficit anual da previdência social caminha para 50 bilhões de reais e a legislação trabalhista continua enrijecida.

Estudo recente realizado na Universidade de Harvard sobre 83 episódios de crescimento econômico acelerado, no período de 1960 a 2000, nos quais os países tiveram uma expansão do PIB per capita superior a 2% durante pelo menos oito anos, sugere que, para dar início a este processo, não

No Brasil há necessidade de duas estratégias: uma de crescimento, outra de sustentação

foi necessário realizar um conjunto extensivo de reformas institucionais “de primeira e de segunda geração”. E que as mudanças associadas a este crescimento de transição combinam elementos de ortodoxia econômica (moeda está-

vel, câmbio flutuante, metas de inflação, responsabilidade fiscal) com práticas institucionais heterodoxas.

Em termos operacionais, sugere-se que, no atual contexto, estas práticas podem se configurar na concentração de recursos públicos e privados no binômio energia e transporte, que têm efetivas condições de alavancar o coeficiente de investimento do país para 25% do PIB e a taxa de crescimento para 5% ao ano, durante a transição do longo e penoso período (uma década?) até que as reformas institucionais gerem os seus melhores resultados em termos de sustentação do crescimento com estabilidade.

Do lado do setor público, é preciso fazer uma reprogramação endógena de seus recursos: algumas despesas têm de ser eliminadas ou congeladas nominalmente; muitas outras devem ter crescimento

apenas nominal; e poucas despesas, crescimento real compatível com a elevação da produtividade da economia. Da mesma forma, torna-se necessário eliminar incertezas regulatórias e jurisdicionais para incentivar os investimentos privados; fortalecer e revitalizar os órgãos da administração direta e indireta que lidam com o planejamento dos setores de energia (a Embrapa para o desenvolvimento da bioenergia, por exemplo) e de transporte (o Centran, por exemplo); renegociar a vinculação de recursos fiscais com o Congresso; concentrar financiamentos das instituições federais de fomento ao desenvolvimento nestes setores. Sem esta perspectiva bidimensional das estratégias de desenvolvimento, as ações do governo tendem a se embaralhar sem foco, ficando vulneráveis às propostas populistas.